

# APRÍGIO GUIMARÃES

**Glaucio Veiga**

Da Universidade Federal de Pernambuco

**"Aprígio foi um espírito curioso que ainda está esperando o seu biógrafo" — WILSON MARTINS — História da Inteligência Brasileira. III vol. p. 392.**

**"Eu fui feito assim: um democratismo em tudo, até na vida íntima " — Aprígio Guimarães, em 1880.**

Depois de Tobias, Aprígio Guimarães o mais combatido, ridicularizado contestado foi, talvez.

Tobias, um inimigo, cuja neutralização se fazia imperativa. Um "traidor", Aprígio, cuja "heresia" precisava-se inafastavelmente calar.

Tanto quanto ou, talvez mais que Tobias, Aprígio foi agredido, vilipendiado, torpemente. Ou como ele o disse: "Desde **analfabeto** até **miserável** e **sem pudor**, tudo me jogaram...; até as minhas relações particulares o meu modo de trajar, tudo serviu de pasto a entes que não qualificarei..." E lamentava-se de não ter listado "os convícios que me foram arremessados".

Indomável por vocação e reflexão, chegaria vesperando à morte granítico: "não me sinto de molde para escravo de um partido" (1). Não é só de partido político como de qualquer facção. (2)

Dizia-se ele próprio ultramontano, porém, jamais "ao ponto de eliminar a razão, mesmo nos domínios do infinito". Um ultramontano mais à esquerda, para quem a fé é um **rationabile obsequium**, no sentido paulino de expressão. (3)

Mas, essa espécie de ultramontanismo evidentemente não saciava ao jesuitismo, especialmente, a partir de 1860, quando divulgou as "Lições sobre a Infalibilidade e o Poder Temporal dos Papas". (4)

O temperamento de Aprígio — combatividade afiada em agressividade — retardou-o na vida. Para sobpassar nas portas da Faculdade cansou-se em quatro concursos, consecutivos. Bacharelado em 1851, emigrou para o Ceará, retornando ao Recife, em 1853, ingressando na política.

Doutorou-se em 1858, concursou-se para substituto com Manuel do Nascimento Machado Portela, no ano seguinte, não obtendo nomeação. Era o primeiro concurso.

Em 1858, outra tese para "o concurso que teve lugar em setembro de 1858". O tema: "O veto concedido aos monarcas nos governos constitucionais deverá ser absoluto ou suspensivo?" inclinava-se Aprígio para o veto suspensivo, aliás, adotado pela constituição Imperial. (5)

"Os sectários do veto absoluto e outras prerrogativas extremas da Corôa, são amigos da monarquia, não sabem, ao que nos parece, servi-la". (6)

Ponto de vista com raízes em sua tese de doutoramento, onde um tópico sobre o veto absoluto como negação do princípio de soberania nacional, campeava no frontispício desta monografia do concurso de 1858.

Em 1858, Aprígio apresentaria nova dissertação "para o segundo concurso de 1859". Seria o seu segundo concurso que ocorreu naquele ano de 1859?

No primeiro concurso de 1859, conforme o relatório de Moreira Guimarães, a tese de Aprígio abordou o tema: "É válido o pacto de suceder no dote da mulher, não tendo ela herdeiros necessários?"

O relatório de Moreira Guimarães parece-nos objetivo (7), Para ele as teses não convenciam: a de Aprígio, a de Pinto Junior e de Pinto Pessoa. (8)

"Em geral — sentencia Moreira Guimarães — não primam (as teses) pela novidade ou dificuldade das questões apresentadas, nem da mesma sorte pela maneira por que são expostas".

Quanto ao trabalho de Aprígio, registrava Moreira Guimarães o "mesmo luxo de citações de autoridade, a mesma carencia de argumentos próprios deduzidos dos princípios gerais da Jurisprudência, finalmente a mesma sujeição de inteligência do Autor ao pensamento alheio".

Marca característica da inteligência nacional — a sujeição a outrem, numa vassalagem estúpida e estúpida — alongada até os nossos dias. Euclides da Cunha, talvez, tenha sido o primeiro entre nós, a pensar e escrever por conta própria, sem o cômodo e o comodato das citações.

Mas, Moreira Guimarães reconhecia, na monografia de Aprígio, um trabalho "bem escrito, estilo fluido e agradável e a linguagem correta".

Já na prova escrita Moreira Guimarães detectara "o estilo empolgado e poético" de Aprígio, o embrião do qualificativo de "palavroso", como o apodariam mais tarde. (8)

Voltemos ao segundo concurso de 1859. Bevilacqua laconisa: "Houve outro concurso no qual se apresentarem os mesmos candidatos". Nomeados Aprígio e Pinto Pessoa.

Na tese desse "segundo concurso de 1859 — seria portanto, o quarto concurso de Aprígio — enfrentaria a questão: "A inviolabilidade do segredo das cartas, consagrada no § 27 do art. 179 é absoluta? Ou sujeita a alguma restrição?"

Aqui, na tese, lamenta-se Aprígio. Relembriaria que em dois anos e meio, "é a quinta coleção de proposições que apresento a esta ilustre Faculdade". Confessava-se cansaúo e pedia absolvição por não conceder ao tema maiores e melhores desenvolvimentos

Para Aprígio, a inviolabilidade do segredo das cartas era absoluta. Aquele que recebe a carta exerce o "seu direito de proprietário absoluto".

Estes sofrimentos oriundos das batalhas de concurso traumatizaram Aprígio. E famosa ficou a peroração do seu discurso ao tomar posse na cadeira de Economia Política, em 24 de setembro/59. (10), "Cheguei senhores. Cheguei porém, feitas as devidas distinções, como Sílvio Pelico de volta das suas prisões: a fadiga ia consumindo-me o corpo, o ceticismo ia-me devastando o espírito..." e resumiu para os estudantes seus sofreres nos concursos. "Há 34 meses dispuz-me a uma batalha intelectual. Quão longe estava eu então de pensar que montaria tantas vezes a brecha sem resultado..." Referiu-se às reprovações e louvou a Justiça Imperial que o nomeara: "eis-me no começo da realização do meu sonho dourado" (11)

Na Faculdade "se me têm ido — mocidade, grandes alentos de vida, fé nos homens e nas cousas do país porque tenho sofrido muito, e nem ao menos me é dado declinar em todos os casos os meus sofrimentos", recordaria quando os estudantes lhe ofereceram seu retrato, em 1871.

Foi na cátedra, assinalou um dos seus circunstanciais biógrafos, Faelante da Câmara, nos últimos vinte anos de sua vida que Aprígio "se armou para as lutas da tribuna e as polemicas da imprensa". (12)

Ainda Faelante nos revela o ambiente intelectual.

Até 1850 "o espírito jacobino e o materialismo dos enciclopedistas haviam por algum tempo dominado nas preleções e no jornalismo acadêmico de Olinda".

Alistado, de início, no partido conservador, em sua Memória Histórica de 1859 meses após sua posse na Faculdade fazia menção desdenhosa "ao socialismo triunfante, noutro periodo, nos corredores da Academia de S. Bento".

Nos meados do século XIX. Taparelli e Ventura de Raulica (13) alimentavam o Direito Natural. Troplong vaca sagrada do Direito Civil, Lobão no Processo e Benjamin Constant "com a engrenagem do Poder Moderador, no Direito Público". A tudo isto Faelante da Câmara etiquetava "de atmosfera intelectual do velho pardieiro... viciada e abafadica".

Por sua vez, os estudantes estariam emocionados com "os ecos lamentosos da musa lamurienta de Franklin Doria", ainda registro de Faelante.

Desaparecido estava o espírito de contestação do jornalismo acadêmico ante-

rior, a exemplo do "Eco de Olinda" de Sinimbu e Ferraz, da "Voz de Beberibe" de Souza Franco ou o "Olindense", redigido por Sérgio Teixeira de Macedo.

Franklin Doria era poeta oficial. No ano de 1859, chegando o Imperador, o poeta ofereceu ao monarca suas poesias, "ricamente encadernado em volume". (14)

Aprígio evoluiu aos poucos para um cristianismo social à Lamennais, Lacordaire e Montalembert, Faelante não negou a Aprígio ter sido "um dos mais arrojados predecessores" de Tobias Barreto, não nas idéias, porém, na posição crítica.

Envolvido no "reino ovante dos mediocres" — a frase é de Faelante — onde dominava politicamente Camaragibe e nas letras Pinto de Campos, "protonotário apostólico e outras cousas mais da Santa Sé", Aprígio vai evoluindo dentro da linha lamennaiseana para um catolicismo mais participante menos sacral e mais leigo.

Deus e liberdade, o lema tão repetido o chavão dos discursos, Aprígio inspirou-se em Lamennais. (15)

A sua tramitação para posições mais vanguardistas alimentou a maioria das críticas. Invocando as palavras de Franklin, ao aprovar a Constituição Americana, destacava "de quanta coragem, de quanto civismo se há mister, tanta vez, para declinar francamente uma modificação da opinião e motiva-la com o acento de convicção".

Poucos levaram a honestidade intelectual aos extremos onde a colocou Aprígio. Os discursos, enfeitados num dos livros, vão de 1858 a 1871 para revelar ao leitor as mudanças de ponto de vista.

Em março de 64, ao iniciar as aulas de um curso de Direito Público, proclamaria que possuíamos "uma constituição sabiamente liberal; será sempre a tese que me vereis sustentar perante vós", Mas, em 1870, estava de opinião modificada e anotaria nos "Discursos e Diversos Escritos": "O estudo e a observação dos fatos me têm modificado neste ponto".

Também, diria que Pedro I proferiu a palavra Liberdade "no momento supremo da nossa emancipação", mas, em 72 já discordava dos próprios conceitos. E assim nos discursos e escritos coligidos e estampados em 72, vai Aprígio de **mea**, em **mea culpa**, ora aqui, às vezes ali, na melhor humildade cristã.

"Humilde no estudo antes da convicção, altivo na palavra depois da convicção" assim se confessava. "Se ser mestre não é isto, então declaro-me incapaz de compreender o magistério". A essa honestidade obsessiva vez por outra voltava: "O mestre deve à sua missão uma plena franquesa de suas opiniões em toda ciência que professe".

Mas, a tribuna de Aprígio estava no jornal, em "A Opinião Nacional", iniciado em maio/67, para, a partir de julho/68 tornar-se propriedade do mestre. E fonte de suas canseiras até junho/70, quando deixaria de circular, pois curvava a "cabeça ao espectro do impossível". (16)

No jornal, repassou heroicamente e sacrificadamente, pagando altíssimo preço pela sua autenticidade, os temas angústias da época. E um dos temas-angústias seria seu posicionamento dentro da Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Tema-angústia tão diferente do tema-problema classificação a merecer melhor análise. Tobias enfrentou os temas-problemas, por temperamento e formação filosófica. Não se situando no epicentro do problema religioso — para ele fortaleza a ser atacada e ele um dos sitiantes — o sergipano extroverteu-se polemicamente. Explodiu, explodia.

Aprígio envolveu-se com os temas-angústias da religião em permanente exame de consciência, espremido pela fé e pela razão, estrangulado na opção fiel/infiel. Não era um sitiante do tema, mas, estava na fortaleza, lutando com inimigos internos e externos. Polemicamente introverteu-se. **Não explodiu, implodiu.**

Di-lo bem num discurso de 1871: "E por que hão de fazer medo convicções sinceras, se todas as convicções sinceras quaisquer que sejam, são sementes do fruto do bem"?

Não apenas, não tanto ocupado com os temas-angústias como igualmente o foi Aprígio com as **palavras-prestígio**s e as **palavras-espantinhos**. Palavras alternando-se na evolução da sociedade. Assim, a palavra **ordem** durante muito tempo foi palavra-prestígio conflitando com a palavra espantinho **liberdade** e esta última, posteriormente tornou-se uma palavra prestígio. (16-A)

Na série temas-angústias, seu trabalho fundamental teria sido a monografia sobre a infalibilidade e poder temporal dos vigários de Cristo.

A monografia sobre a infalibilidade e poder temporal dos Papas reproduziu suas aulas como substituto na cadeira de Direito Eclesiástico. Duplicou-as, "tais quais as pronunciei: não faço mais que dar forma aos meus pensamentos". O curso, dado em 1860, alongou-se em dez aulas.

A indefectibilidade da cadeira de Pedro, dirá Aprígio "não é só uma tese de religião, não é só uma tese da constituição da Igreja; é uma tese eminentemente social".

A Igreja é "uma sociedade humana, visível, sujeita aos sentidos, a que recebeu esta missão sublime sendo que a última razão da visibilidade da Igreja está na Incarnação do Verbo Divino".

"Desde que há um elemento humano na igreja pode haver discussão: na Igreja entra o homem com a sua razão e a sua fé, como no mundo entrou o Cristo com a humanidade e a divindade".

Mas, "com ser composta de homens não é uma instituição puramente humana"

Da mesma forma, argumenta Aprígio, que em Jesus Cristo "a divindade e a humanidade, bem que distintas entre si, não deixam de ser estreitamente unidas, assim também em sua Igreja, o Salvador é continuado, segundo tudo o que ele é".

A Igreja projeta-se divina e humana ao mesmo tempo, apresenta-se como unidade desses dois atributos. Esses dois atributos se interpenetram "e se comunicam suas prerrogativas". Se Cristo, por ser divino é infalível, o Homem dentro da Igreja também é infalível, pois, na Igreja não existe o divino sem o Humano, "como em Jesus Cristo não compreendemos o Deus sem o Homem".

Todavia, Aprígio ressalta que o Homem não exsurge infalível por ai mesmo e sim "como órgão, como meio de manifestação da verdade".

Em resumo, a Igreja será "a religião cristã tornada objetiva". (17)

Quando o Espírito Santo baixou sobre os Apóstolos, "estes achavam-se, segundo ordem: formal de Jesus Cristo, congregados em Jerusalém". Então, cada Apostolo "não recebeu a infusão do espírito do alto, senão porque os discípulos juntos formavam uma comunidade". Por outro lado, a consagração do Espírito Santo "teve lugar sob formas sensíveis".

Essa idéia de comunidade seria básica para a compreensão da missão da Igreja.

A reunião do Homem com Deus só pode se consumir sob condições exteriores e na sociedade dos fiéis. **Sob condições exteriores**, nos Sacramentos "que são sinais sensíveis dos dons, que a eles são inerentes"; e na **sociedade dos fiéis** porque ninguém pode se autobatizar "todos são remetidos aos que já são membros da Igreja".

Básica, portanto, a idéia de comunidade retratada na aspiração, **unus pastor et unum ovili**.

Se os bispos são sucessores dos Apóstolos devem reunir os fiéis num só rebanho, mantendo o espírito de comunidade, liderados por um pastor supremo, inicialmente, representado em Pedro.

O papa, sucessor de Pedro, como Pastor Supremo é "infallível em seus juízos dogmáticos ou, "definindo ex cathedra, na plenitude dos seus poderes, em matéria de fé e de costumes". [18]

A Igreja é uma autoridade que substitui Cristo e o Papa, o órgão da Igreja.

Depois de focar a evolução histórica dos **ultramontanos** e **citramontanos**, Aprígio concluiria que "o Papa é infalível, quando fala ex cathedra, isso é, quer em concílio, quer do alto de sua cadeira, do seu moto próprio, oralmente ou por escrito, dirigindo-se como órgão de Jesus Cristo, cujo lugar ocupa a todos os fiéis, em nome dos "Apóstolos Pedro e Paulo, ou em nome da autoridade da Santa Sé, formalmente invocada ou em termos equivalentes, com ou sem ameaça de excomunhão, decreta uma definição de fé ou de moral". [19]

As posições aprigineanas receberam o fogo do jesuitismo, segundo Aprígio dominando o bispo Cardoso Ayres. D. Vital e outros.

O antijesuitismo do mestre da Faculdade raízes pascaleanas; chegou mesmo a traduzir e a divulgar uma das Cartas Provinciais de Pascal (19-1). Ao que parece, Pascal tornou-se leitura constante do Mestre, em seus últimos anos de vida.

A Carta Provincial traduzida foi a 5a. sobre a Moral dos Jesuítas, texto melhor apresentado a ocasião e onde Pascal investe contra os teólogos jesuítas.

Onze anos depois, o tema da infalibilidade papal retornaria a um primeiro plano. [20]

Aqui, nos "Discursos e Diversos Escritos" Aprígio faria uma magistral síntese de sua tese. Teria ele sustentado a indefectibilidade do Papa, como uma "tese eminentemente social". Se a Igreja era uma sociedade na terra, "conclui e concluo pela necessidade de um ponto fixo na sociedade eclesíastica". Mas, concluiu e concluiu "por uma infalibilidade das de feitura humana".

Jamais, dirá Aprígio, procurou na Igreja um Homem-Deus em cada Sumo Pontífice em o fazendo, blasfêmia. Por isso o Papa era "um órgão da infalibilidade".

"Sustentei a infalibilidade da Igreja e ainda a sustento nos termos que acabo de expô-la; se porem sustentei alguma cousa que se pareça com as pretensões ultramontanas de hoje... declaro que retiro quanto disse porque não quero carregar a minha pedra para um edifício, em que tudo é Deus menos o próprio Deus".

Esta posição Aprígio reiteraria em artigos, discursos e pronunciamentos.

Confessava-se católico, porém, tal posição não significaria vê "em cada padre um santo, em cada pontífice um senhor universal de céu e terra, decidindo infalivelmente

do espiritual e do temporal, impondo ao mundo o seu syllabus político, fazendo-se árbitro das nações. (21)

Na antevespera do seu morrer, ao saudar os doutorandos J.J. Seabra, José Maria Metello, e Francisco Gomes Parente (31 de outubro 1878) reafirmaria a separação absoluta entre Fé e Ciência: "Eu que não sou materialista, não duvido repetir-vos no ponto de vista das indagações científicas e filosóficas, algumas proposições de Buchner, A nossa competência é o mundo visível e não a ulterioridade. Fé e ciência são dois mundos separados".

Continuava no discurso de outubro/69 a sustentar "que a Igreja, por influxo do Espírito Santo, permanece o elemento Divino, dá-se a infalibilidade em matéria de fé, compendiada a voz da Igreja no verbo de Pedro... não desconheci nem poderia desconhecer na mesma Igreja o elemento humano, falível..."

O Syllabus, no entanto, andava "cortando largo quer decidir de tudo e sobre tudo".

Investia contra os jesuitas cujas "proverbiais ampliações e restrições" tornam tudo espiritual. "Teologia em tudo, como dizia Donoso Cortés ajeitado pelas interpretações da Companhia".

Preocupava-se Aprígio com tais "caricatas pretensões de uma teocracia que val além das aspirações e dos fatos da idade média". (22)

"Uma religião política me faz tanto horror, como uma política religiosa", bradaria noutro discurso. (23)

Chegaria ao fim da vida com o seu ultramontanismo "liberal": "E se ao ultramontanismo, qual hoje não aceito, quizerem opor cultramontanismo, tal como se me afigurou e abracei-o, quando a inexperiência me deixou ver no pontificado de Pio IX a proteção a certas doutrinas descomunais e ofensivas do senso comum e da honra do genero humano..." (24)

Ao desenvolver e defender a teoria do órgão, na infalibilidade papal, Aprígio golpeava o ultramontanismo na parte mais sensível.

Sem dúvida, o Papa é sempre no Concílio o cume do apostolado (Origenes). o polo sagrado sobre que gira toda a Cristandade, como sobre o Cristo, o Doutor e o chefe de todos (Atanasio), aquele a quem Cristo encarregou de apascentar os seus cordeiros e as suas ovelhas e de confirmar seus irmãos na fé (S. João, cap. v. 16 e 17; S. Lucas, cap. 22 v. 32), enfim unum ovile et unus pastor (S. João cap. 10 v. 16).

Mas, a tese famosa, discutida no Concílio de Constança — a heresia do Papa e suas consequências, especialmente quanto à sua jurisdição — realçaria o lado humano da Igreja. E se o Papa cair em heresia, pode um Concílio, no caso Concílio Imperfeito, destituí-lo?

Não se confunda a legitimidade duvidosa do Papa com a heresia papal. Papa dubius, Papa nullus foi a norma sempre cumprida, inclusive na deposição de João XXIII.

O Concílio Tridentino (sessão 14a. cap. 7.º) deixou indubitado que o Papa goza de poder supremo sobre toda a Igreja, não sendo sua jurisdição subordinada a quem quer que seja. Em resumo, o Papa será sempre um **superordenado**, jamais um **subordinado**...

Portanto, o problema não se põe em relação ao Papa certo e legítimo, porém, no tocante ao Papa **certo, legítimo, porém, herético**.

Os ultramontanos não admitiam a heresia papal; "a hipótese é impossível" segundo alguns. A Igreja seria tão inseparável do seu Chefe que voz dela é a voz do Papa. E isto porque Cristo prometeu a Pedro que sua fé jamais faltaria; A infalibilidade em matéria de fé e de costumes, segundo a tese de Pio IX na famosa Encíclica de 9.11.846.

Ora, acolher esta tese seria acreditar numa Igreja **sem humanidade**. E possibilidade de um Papa herético, era o humano possível aliado a Divindade.

Se o Papa jamais pode ser herético, qual o critério para fixar e conotar a heresia?

Os famosos Cânones — "Oves" e "Si Papa", sem discutirmos aqui sua autenticidade — que vedavam ao inferior acusar o superior, rasgavam exceção quanto à heresia. No Canon "Oves, conhecida a cláusula final "nisi a tecta fide exorbitaverit"; e no Canon "Si papa", nisi deprehendetur a fide devius"

A heresia e o "error pertinax fidei manifesta repugnans in eo, qui fidem catholicam suscepit", erro pertinaz manifestamente contrário à fé, naquele que professa a fé católica. Ora, para os ultramontanos tal jamais poderia acontecer com um Papa.

Se a Igreja fosse só Revelação, se o Papado também o fosse apenas, formalmente a tese ultramontana estaria correta. Partindo do princípio da divindade institucional da Igreja. Igreja e Papa perfazem uma unidade perfeita.

Aqui a magistral análise de Aprígio ao sustentar que a indefectibilidade da cadeira de Pedro não é só uma tese da constituição da Igreja, uma tese de Revelação, porém, uma tese eminentemente social. Como agrupamento humano a Igreja se possibilitava em crises, possibilitava-se em discussão.

Ao admitir o Papa como "órgão" da Igreja Aprígio apresentava uma distinção repugnante aos ultramontanos, pois, esvaziava-se a liderança política do Papado e oferecia-se a oportunidade do católico sem cair na heresia, contestar o Papa.

A interpretação de Aprígio revelava, mais uma vez, a lucidez do grande jurista-consulto.

Mas, onde Aprígio Guimarães revelaria acuidade e antecipação notáveis seria no pelear na cátedra de Economia. Neste ponto, revela-se muito superior a Autran, este sem originalidade, as vezes plagiando e sempre eco dos economistas europeus que ele "climatizava", entre nós.

Apercebeu-se, de logo, Aprígio das desvantagens das especializações e da imperatividade de um trânsito interdisciplinar nas ciências sociais. "A especialidade insulada é uma quimera é uma moeda falsa". (25)

Não que abominasse as especializações: "acredito e não acredito nas especialidades" E explicava em discurso de 1858: "uma especialidade, sem ajuste da vista sintética do todo nunca passará de charlatanismo". E fazendo suas as palavras do Presidente da Academia de Ciência de Paris, lembraria que a literatura e a economia política devem se vincular à Ciência Jurídica. E numa feliz observação, também, dirá no discurso inaugural de sua primeira aula na Faculdade: "o ensino só dá a topografia da ciência, só indica caminhos; precisa-se visitar viajar pelo paiz da ciência".

No prefácio dos "Discursos e Diversos Escritos" daria uma lição atualíssima. Ele não concebia os catadráticos que "como umas ilhas em que estejam confinados as diversas partes da ciência, julgando-se cada um dispensado de tomar a palavra fora do seu território". Podia a ciência ser um arquipélago porém "que todos transitem por direito e por dever em todas as partes confederadas". De fato, a ciência nada mais é

que uma confederação. E se não for, morre. "Uma ciência deixará de ser, se não for uma confederação".

Indo diretamente sobre o Direito, indagará: "A ciência do Direito... o que ficará sendo, se cada um dos seus ramos for considerado independente dos outros e do tronco que a todos dá seiva?"

Inimigo das largas teorizações, pregava que "a ciência não existe para mero desporto de especulações", nem para a usinagem de formas rígidas. Quando se desce à prática, esfarela-se aquela rigidês, pois, aí chegam "as exigências e imposições do modo de ser atual de cada paiz dado, sobre as teorias que devam se realizar". (26)

Propôs-se Aprígio, segundo os estilos, a escrever um compêndio de Economia Política, cadeira que, inicialmente, não era do seu agrado. (27) Porém, com o tempo reconheceria que na Economia teria "vasta arena".

Os "Estudos" seriam "o preliminar de um Compêndio". Concluído em princípios de 76, era em agosto do mesmo ano apresentado à Congregação. Morreu Aprígio, deixando essa "preliminar" inédita. (28)

O trato dos temas, estudo e aplicação fizeram de Aprígio o maior economista brasileiro do século passado. E tanta consciência tinha do destino da nova ciência que abordava, que inicia os "Estudos" com esta frase profética: "O século XX será o século da Economia Política."

Para Aprígio, a Economia seria ciência moral e política.

Lamentava Aprígio a marginalização dos estudos econômicos no Brasil. Para ele, ainda nos situávamos em 23 de janeiro de 1808, quando El Rei nomeou Cairú, para a recém criada cadeira de Economia Política. E ditava o mestre que "nem ao menos lhe ajuntaram uma de Direito Financeiro". (29)

Sempre acasalado com a objetividade (30), com a prática, Aprígio destacava que "a exposição científica para o ensino deve ter cunho especial", não apenas em relação ao mestre, mas, por igual, em relação aos estabelecimentos de ensino e às condições sociológicas do Paiz. (31)

Para Aprígio, ensinar é fazer exposição sintética, sem jamais esquecer o professor "o aspecto local que lhe é imposto pela índole e costumes do país em que fala e dos discípulos a quem fala".

Também pioneiramente Aprígio, em Economia Política, levantava a tese de que o decisivo é **aprender a aprender**, armar o estudante de esquemas mentais que seriam ferramentas analíticas para capturar a realidade.

Seria para nós confortador ler e escutar depois em Boulding (31 - A) um eco das palavras de Aprígio. O mestre americano em 1944 não se propunha a escrever um compêndio sobre os problemas correntes e moentes da economia política pela simples razão de que com o avançar do tempo, ao se profissionalizar, aqueles temas não seriam mais os temas correntes, simples e melancolicamente estariam desatualizados. Então, seria mais importante dar ao estudante um treinamento para que ele tivesse condições de compreender a economia, quando ele estivesse profissionalizado, em sua maturidade, jamais a economia de sua mocidade, de sua época de aprendizado. Enfim, aprender a aprender a Economia.

Vai também com antecipação de Aprígio o seu dizer que "a **comunicatividade**... é o mais delicado segredo" do ensino.

Pugnando pela aula viva, pelo ensino objetivo adequado às "realidades locais", Aprígio contesta o compêndio. E numa alusão indireta a Autran, ressalta que o ensino de Economia Política ressentia-se "de um compêndio: digo-o com todas as reservas e venias possíveis".

"Não só a organização do nosso curso de Direito está reclamando compêndio especial, compreendendo noções sem as quais a cadeira de Economia Política dará poucos frutos..."

Não se confunda, adverte Aprígio "exposições" mais ou menos, breves, porém, nenhum **compêndio**. Funesto, eis o adjetivo aplicado pelo mestre ao uso inveterado do compêndio. Este castra o estudante na sua criatividade. "arredando-o do proveitosíssimo trabalho de fazer a sua lição com o seu cunho individual".

O compêndio, em regra, não se distinguiria da apostila que é o sudário da palavra.

Pugnou sempre Aprígio pelo bom livro elementar, do compêndio "crítico" redigido mais para o "talvês", para a dúvida que para dogmatizar, pois, segundo Aprígio a ciência somente progride por causa do "talvês".

Em resumo, àquela época denunciava o problema que continua atual: "O ensino continua a ser uma espécie de alma vil, sobre que se fazem experiências; o magistério continua sem independência, sem estímulos para sérios estudos".

Iniciando o curso, enfatizaria, lastreado em Blanqui a impossibilidade de estudar o fato econômico sem uma perspectiva histórica. Isto, quanto ao método.

Quanto ao objeto, a Economia seria a "ciência do bem estar material do Homem", o progresso econômico (32) realidade inafastável "em proveito de todos, principalmente das classes operárias". E provava esse progresso, pelo acréscimo da população. Lembra que no século XVI a Europa soma 60 milhões de habitantes e em 1876, 270 milhões. No século XIX a Inglaterra explodirá demograficamente de 18 milhões, nos princípios para 32 milhões em 1870. Nos E.E.U.U. o mesmo fenômeno: de 1764 para 1870 a população avolumou-se de 4 milhões para 30 milhões. E a média de vida humana teria aumentado de um sétimo.

E falando uma linguagem quase atual diria que "os meios de existência cresceram e tornaram-se mais acessíveis às massas". (33)

Voltando ao método, Aprígio insurge-se contra o método matemático porque "a maneira que os fatos se multiplicam e perdem o seu primitivo caráter de simplicidade, menos vantagens reais vai oferecendo a aplicação das fórmulas matemáticas".

O trabalho seria o objetivo da economia, como relação social. O objeto da Economia seria o trabalho sob o ponto de vista da sociedade ou a sociedade sob o ponto de vista do trabalho. (34)

Em síntese, o objeto da Economia seria o trabalho "considerado sob o ponto de vista social e em seus agentes, seus fins, seus modos, seus resultados".

Anote-se que Aprígio cita Walras em artigo do "Journal des Economistes" na abordagem da problemática da Economia Pura e da Economia Aplicada o que revela sua atualização.

Se se atualizava com Walras não ignorava J. Acursio das Neves, "autor de curiosos opúsculos econômicos".

Mas, notável em Aprígio — já reiteramos — é a sua consciência do país real, revelada naquele longínquo 73, aos discípulos. Estabelecia o que ele chamava de ver-

dades fundamentais. A primeira verdade: "que as doutrinas econômicas ditadas pelas conveniências européias não podem ser proveitosamente aplicadas ao Brasil, sem os descontos reclamados pelas circunstâncias especiais".

Substituindo os termos da equação poderíamos falar (35) hoje das "conveniências americanas".

Segunda verdade: "que é pelo estudo dos fatos que se chega ao conhecimento dessas circunstâncias especiais que se pode achar a conveniência brasileira". Hoje, diríamos, o modelo brasileiro.

Terceira verdade: "que o estudo a este propósito para ser metódico, deve abranger o que **fomos** e o que **somos**, para bem se concluir o que **devemos** ser."

Quarta verdade, que — fazendo suas as palavras de Molinari — "a intervenção do governo no ensino e nas associações científicas influi em nossos dias... como outrora influíram as corporações ensinantes e a intolerância religiosa, para impedir a livre indagação da verdade, pois que essa intervenção sofreria a ousadia aventureira e descuidada do "talvez", a qual é condição do progresso das ciências".

O catecismo pedagógico de Aprígio encontramos na carta dirigida ao dr. Raimundo Honório da Silva. (35-A) então, diretor do Colégio Dois de Dezembro e "cujo nome (o do colégio) aliás começava por oferecer uma garantia contra esse ridículo e nocivo beatismo que tem feito da nossa lista de casas de educação e instrução uma espécie de Flos Sanctorum".

Diz Aprígio que matriculou seus filhos no "Dois de Dezembro", pois, o diretor "me era uma garantia, nestes tempos hipócritas e obscurantistas que" vão correndo, de que os meus filhos iriam aprender a sublime aliança da modéstia do cristão com a dignidade do homem; de que não se intentaria contra eles a mutilação da Razão, figurando-se-lhes a ciência um negócio de cartilha ou de cadeira de vigário ou de enciclica de papa..."

Insurge-se Aprígio com o desenraizamento do jovem para estudar fora do Paiz, sob alegação "de que do estrangeiro virá ele melhor homem e melhor cidadão". "O menino brasileiro pode ser muito convenientemente educado em sua terra..." ponderava. Apesar de se dizer que os meninos se educam para a sociedade, dessa sociedade "em que val viver, o menino não ouve uma palavra no colégio".

Repetindo Spencer, investe Aprígio contra a educação livresca — "os livros são extremamente postiços, mesmo como meio de cultura intelectual;" Concordava com Spencer quando este advertia que "ler é ver por procuração, é aprender indiretamente com as faculdades de um outro homem, em vez de apurar com as próprias".

Depois de fazer reparos ao ensino, exames e examinadores, também, a exemplo do sociólogo inglês, indaga: "Quem examina os examinadores?"

Interroga-se: quem somos nós "operários da educação e do ensino na província?" Para Aprígio o mestre provinciano, na eterna dependência de orientação centralizadora do Império, era um "titere, a mercê de uns rapsodistas cortezãos, mancomunados com uns empreiteiros tipográficos, que abusam da candura de ministros e diretores, os quais sabem ainda menos do que eles".

Aprígio professava um raciovitalismo antecipado. "O homem sem paixão é o charco, é a água morta ameaçando peste; e provar-se-ia que a falta mais deplorável da sociedade brasileira é a falta de paixão de outros tempos, a paixão da Glória, da Liberdade, do Dever".

Se tudo na vida deve se fazer "sob o domínio da Lógica", para Aprígio, contudo, "deixar-se-ia aberta para os repentes no mundo moral e social, onde a variabilidade das relações é imensa, onde o imprevisto é a cada momento".

De lamentar que Roque Spencer Maciel de Barros na magnífica monografia sobre a ilustração Brasileira tenha incorrido na grave omissão do ideário de Aprígio (35-B).

Nessa linha de objetividade e honestidade intelectuais Aprígio escreveu a primeira tese em 1856, abordando o tema que começava a ser decisivo na economia brasileira: "Qual será mais produtivo, o trabalho do escravo ou do homem livre?"

Aprígio estava inseguro em relação ao tema. Num trabalho de vinte páginas, tão só a partir da página 13 resolve enfrentar o problema.

Admitindo inicialmente que "o terreno econômico deverá ser a área exclusiva" para debater o ponto sorteado, todavia, repugnava-lhe silenciar sobre os aspectos morais da escravidão, isto é, dar como fato social sem mais exame nem análise um fato atentatório das leis eternas da Moral, do princípio imprescritível do Direito".

Por conta desse excusa, Aprígio faz larga dissertação de ordem ética.

Ao retomar o tema, sob o aspecto econômico, limita-se a descrever o êxito da libertação dos escravos em diversas áreas, como na Jamaica por exemplo.

O socialismo não horrorizou Aprígio, nem lhe provocou iras canônicas. Sua formação liberal levava-o ao natural ceticismo racionalista.

Era um economista liberal. Confessava: "a verdade está conosco, economistas liberais..." (36)

O liberal puro — e ele, Aprígio, era um deles — é o lógico de verdade e, por isto mesmo, ainda não assumiu nenhum governo. O socialista seria o lógico no erro e o conservador-liberal ou o liberal-conservador era "o socialista ilógico"

Indaga-se o por que da sobrevivência do fantasma do socialismo. Encontrava a resposta como puro liberal: "porque... nenhum estadista há governado com plena fé na divina terapêutica da liberdade". (37)

Onde houve repressão — Alemanha de Bismarck, por exemplo — revigorou-se o socialismo.

Socialismo — definia — "é o predomínio absoluto do princípio da comunhão, é a individualidade imergida nesta, é a eliminação da família, é a aspiração louca a uma igualdade contra a natureza é o renascimento da antiga adoração pagânica do Deus-Estado, debaixo de novas e mais sedutoras formas". Da crítica demolitória e ingenua salva-se a lúcida observação sobre a "adoração pagânica ao Deus-Estado".

A formação religiosa e o ultratiberalismo de Aprígio condenavam-no a uma oposição negativista ao socialismo.

Reconhecia que "o futuro do mundo não pode ser a reprodução do seu passado". Daí a sua fórmula-equilíbrio: Estudar o passado, para ageitar o presente, por bem do futuro, é a tarefa do economista filósofo".

Se o socialismo avançava era pelo fato de ocorrer uma bem divulgada ignorância da Economia Política. "Abra-se a discussão, dê-se por toda a parte a palavra à Economia Política; nem se diga que a ciência não é para o povo, pois a sua resposta é terrí-

vel: se o não instruem instuí-se ele a seu modo; e o Socialismo é a Economia Política dos ignorantes.

Não havia mais possibilidade de se evitar o debate sobre as questões sociais: "convençam-se todos: doravante é impossível evitar a discussão das questões sociais: propague-se a ciência por todas as classes, sem perda de tempo".

Se não aceitava a palmigenesia de Ballanche acolhia as categorias históricas de Hegel "apenas como termos ou símbolos que explicam peculiaridade de certas épocas que não são como taboas do Sinai que devem reger sempre".

Filosoficamente, Aprígio era um spencereano. "Sou da escola psicofisiológica de Spencer e convido a vossa atenção para as obras do grande pensador". (36)

Spencer e Mecauly teriam sido as leituras mais intensas do último decênio de sua vida. Spencereano também José Hígino a quem Graça Aranha chamaria de pseudo mestre Spencereano, nos enjoava e nós não o entendíamos" (37)

Utilizou-se Aprígio — e muito — de uma introdução de Cazelles, à obra do filósofo inglês e seu tradutor.

O Spencereanismo apetrechou-o para enfrentar o positivismo, pois, em Comte "ha muito joio a separar do trigo, a começar pela sua concepção da evolução científica" (28)

A ciência seria um organismo que à proporção do seu desenvolvimento completa-se reciprocamente em todas as suas áreas, ligadas por um consensus íntimo. Daí porque, segundo Aprígio, a evolução das ciências nas se fez "na ordem seriaria" indicada por Comte: "entre as ciências não há filiação propriamente dita".

As ciências ditas abstratas e as concretas — continua Aprígio — bem como as ciências de ordem intermediárias, progrediram conjuntamente. O "prejuízo positivista" teria impedido Comte de visualizar a "dutilidade das ciências sociológicas, de dados experimentais de difícil verificação e prova.

"No modo como A. Comte encara a sociedade está a mais séria razão de duvidar de toda a sua doutrina sociológica". Se as idéias comteanas fossem realizadas "o homem todo inteiro ver-se-ia submetido a uma regulamentação oficial; uma autoridade incontrolada regularia tudo; o ideal católico da **supressão da liberdade do erro**, seria uma realidade: e a humanidade em prêmio de submissão absoluta do indivíduo à sociedade reentraria no Eden para estender a mão e colher os frutos". (38)

Esse despotismo, mandarinato intelectual do positivismo foi Aprígio dos primeiros a detectar.

Julgou que Spencer seria o equilíbrio entre o apriorismo e o racionalismo, usando a terminologia aprigeneana. "Entre o teologismo — a forma mais acentuada do apriorismo — e o Positivismo, a mais viva encarnação do racionalismo, **ambos despotas**, ambos pretendendo impor-se contra as leis na natureza humana, é preciso abrir caminho batendo à direita e à esquerda e é, no meu fraco entender o que vão tentando os melhores pensadores "à frente dele o citado filósofo inglês (Spencer). (40)

Era a tentação eclética posição que na verdade, assumiu definitivamente Aprígio, torturado, pelo seu catolicismo e pelos demônios do seu racionalismo. E ainda aí recobre-se com o manto spencereano; "Em um agregado social, como em qualquer outro (diz Spencer) ha dois extremos fatais à evolução: a rigidês e a incoesão: uma plasticidade mediante, eis a boa condição" (41)

Não desconheceria, bem verdade, a contribuição do positivismo. Considerava Comte um Bacon "remoçado", "escrevendo uma obra que deixa ver a grande fertilidade

e originalidade do seu espírito, mas nada disto exclui o que fica no ponto de vista sociológico.

O comtismo era uma religião, em princípio às avessas e depois uma religião leiga. E Aprígio, por igual, se apercebe dessa religiosidade quando assinala: "o milagre da fe revelada devia renovar-se pela fé demonstrada, sob a direção de um clero de sábios, composto dos mais capazes, por seu saber enciclopédico, de conhecer o fim que mais importa atingir..." (42)

Ninguém espere o desaparecimento do sentimento religioso, proclama Aprígio: passam as religiões, não passa a Religião. "A chamada Religião da Humanidade apenas alcançará banir por momentos o pensamento de um Poder, de que a Humanidade é apenas um produto secundário e fugitivo..."

Quanto à Filosofia, ensina Aprígio que "enquanto só se conhecem as verdades científicas uma a uma independentes entre si, não se pode chamar filosofia, sem quebra do sentido estrito da palavra..."

A Filosofia seria a coordenação de todas as verdades. "Assim as verdades filosóficas mantêm com as mais altas verdades científicas as mesmas relações que mantêm com as verdades inferiores".

Ao lado da Ciência, saber parcialmente unificado" a Filosofia é o saber completamente unificado".

Aprígio que sempre lutou por uma ciência instrumentalizada, engajada (43) jamais perdeu a consciência da Região: "nada teremos feito, se não fizermos uma liga nortista, um sério pacto de aliança defensiva, tanto ou quanto independente dos credos políticos. Este pensamento que doutrinei seguidamente por três anos na "Opinião Nacional", que nunca abandonei, quando tomará carne e sangue?"

Neste mesmo mês e ano de 1878 desenvolviam-se as reuniões do Congresso Agrícola do Recife, primeira tomada de consciência da descapitalização do Nordeste em proveito do Sul.

- ( 1 ) — **APRÍGIO JUSTINIANO DA SILVA GUIMARÃES** — Discursos e Diversos Escritos — Recife, 1872 p. 4 — Advertência. Doravante será citado apenas como "Discursos".
- ( 2 ) — "Entendo que na política, como em tudo, ninguém deve abdicar a sua personalidade; e não me sinto de molde para escravo de um partido" — Discurso, Advertência. p. 4
- ( 3 ) — "Houve e haverá muito ultramontano da política que admirou-se e admirar-se-á, de que eu, tão moço, me declare ultramontano em religião". p. XIII
- ( 4 ) — "Lições sobre a Infalibilidade e o Poder Temporal dos Papas" pelo dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, 1860. Doravante citado como "Infalibilidade".
- ( 5 ) — A transferência do dr. João Dabney d'Avellair Brotero, o "Broterinho" para a Faculdade de S. Paulo abriu vaga de professor substituto, em 1857. Em consequência. em 30/junho/57, de acordo com os Estatutos abriram-se inscrições pelo prazo de três meses "e para ele se inscreveram os drs. Manoel Nascimento Machado Portela e Aprígio Justiniano da Silva Guimarães que haviam defendido teses e recebido grau de doutor nesta Faculdade nos meses de novembro e dezembro do ano passado (1856)" — **José Antonio de Figueredo** — Memória Histórica, p. 7, 1857. Com a nomeação de Pereira do

Rego para a cadeira de Direito Administrativo, publicou-se edital de concurso a 17 de maio/58, inscrevendo-se Aprígio e Pinto Júnior — Memória Histórica, 1858 por Paulo Batista, p. 4.

- ( 6) — Teses e Dissertações apresentadas à Faculdade de Direito do Recife para o Concurso que teve lugar em abril/1858, p. 28. A prova oral do segundo concurso de 1859 teve por tema: "Qual o verdadeiro fundamento da justiça administrativa? Publicou-a Aprígio em "O Atheneu Pernambucano" vol. IV, n.º 1. Junho de 1859, p. 21/23. Em nota, em "O Atheneu" informa Aprígio que reproduziu a aula de acordo com as anotações. Justifica o aspecto sumário da aula, sem erudição porque "qual o mérito de divagar léguas distantes da questão porposta, repetindo capítulos de livros? Por tal preço, adverte, "jamais quizera a glória (que glória); de preencher meia hora no alto de uma cadeira magistral".

A prova escrita do segundo concurso de 1859, também encontra-se publicada no mesmo número de "O Atheneu" e versou: "Quais os caracteres da sociedade em conta de participação e qual a utilidade de bem determina-los?" Para Aprígio, a sociedade em conta de participação "era uma verdadeira sociedade comercial".

- ( 7) — Cfr. Bevilacqua, Hist. da Faculdade de Direito do Recife, vol. I. p. 141.
- ( 8) — João José Pinto Júnior desenvolveu o tema: "A centralização administrativa será mais conveniente ou menor do que a centralização política?" O autor concluía que "só a centralização política convem os estados, onde a garantia das liberdades públicas se acha consagrada, como dogma fundamental".

Francisco Pinto Pessoa preocupou-se com a questão: "Poder-se-á dizer entre nós que o Imperador é um dos ramos do poder legislativo ou que dele faz parte integrante?".

Pinto Pessoa responde pela afirmativa: a Corôa com o direito de veto teria o caráter de um terceiro ramo do poder legislativo, "distinto das duas câmaras colegiadoras cfr. p. 9.

- ( 9) — Aprígio divulgou a prova escrita no Jornal do Recife de 4 de junho/59, n.º 23. A prova foi reproduzida no jornal de memória. Todavia, explica Aprígio, "há a fidelidade em tal caso na forma e toda fidelidade na substância". Portanto, não podemos julgar das increpações de Moreira Guimarães.

Aprígio poderia ter solicitado na Faculdade uma cópia. Irritado não o fez "para evitar mais trabalho e dependência".

A prova oral, também, divulgou-a Aprígio no "Jornal do Recife" de 11 de junho/59 p. 24.

O ponto sorteado foi "Mostrar: 1.º Quais as causas legítimas pela quais pode o pai ou mãe deserdar seu filho; 2.º Quantos são os modos por que o pode fazer; 3.º Quais são os atos essenciais que devem intervir na deserdação, posteriormente ao modo por que foi feita, para que produza seus efeitos jurídicos?"

A prova também foi reproduzida de memória "segundo os apontamentos tomados nas 24 horas de prazo; os que me ouviram atestarão que sou fiel".

Não conseguiu encaixar Aprígio a sua prova dentro do tempo regulamentar mas completou-a na publicação do jornal.

Certamente, face alguns comentários desairosos, inseriu uma nota: "A crítica que invectiva e grita não proveita ao criticado e desonra o crítico".

A prova está didaticamente bem estruturada, lamentável apenas não ter sido ajustada melhor ao tempo disponível.

O jornal do Recife no n.º 19 anunciava o concurso que seria realizado na terça 10 de maio/59. "Quem quiser ver esta briga de galo pode dirigir-se a aquele estabelecimento, que tem entrada franca, salvo alguma pilheria ou gracejo de estudante maligno mas não será cousa de enfiar".

A defesa de teses de Aprígio, diz o mesmo Jornal (n.º 20), "um dos nossos mais prestimosos colaboradores" foi "indubitavelmente de não vulgar erudição jurídica, dicção técnica e corrente, lógica e vigor na argumentação". O número subsequente anuncia o resultado do concurso, Aprígio em segunda colocação, superado por Pinto Júnior. O Jornal informa que a lista triplice seguiu para a Corte mas nessas cousas, adverte "mais vale quem Deus ajuda de que quem cedo madruga".

Apesar do esforço do concurso Agrippa, pseudônimo de Aprígio, não faldou na sua "coluna Elétrica".

Diria depois que após "três anos de uma luta infernal, em que ficou por uma vez comprometida a minha saúde, depois de uma quase reprovação na defesa de teses, depois de quatro concursos, por entre um cento de sacrifícios..." (Discursos, p. 34).

- (10) — Bevilacqua reportava-se a esse fato, *Histo. da Faculdade de Direito*, vol. II, p. 51.

A "política dos concursos" prolongou-se até os nossos dias, criando distorções. Luiz Delgado que devia ter ficado estabelecido em Introdução a Ciência do Direito neutralizou-se em Direito Administrativo. Torquato de Castro processualista máximo foi compelido a aceitar Direito Civil. Luiz Guedes, encaminhando-se para a cadeira de Direito Público, encahou em Ciência das Finanças, Lourival Vilanova, melhor situado em Introdução ou Filosofia do Direito, arribou à Teoria Geral do Estado. Abgar Soriano melhor comercialista fixou-se no Direito Civil, administrativamente.

Isto internamente, externamente Gilberto Osório exímio internacionalista, talento fulgurante seria deportado para a antiga Faculdade de Filosofia, onde renovaria os estudos de Geografia.

Nós mesmos, orientado para Teoria Geral do Estado fomos obrigados a um desvio com feliz insucesso para Direito Judiciário Penal. Esse feliz insucesso oriundo de uma total falta de caráter da maioria dos membros da bancada examinadora, onde se destacava Canuto Mendes de Almeida e sua cabeça à semelhança de maxixe reconduziu-me ao Direito Econômico.

O Jornal do Recife de 3 de setembro/59 registrou o sucesso de Aprígio "depois de uma longa e profiada luta".

- (11) — *Discursos* pags. 41/42

- (12) — *Faelante da Câmara — Aprígio Guimarães*, ano I, vol. I, tomo I, Fasc. II p. 94, "Cultura Acadêmica".

- (13) — O "Jornal do Recife" de 28 de maio/59, na Seção "O que se passa em casa" saudava o aparecimento de mais um livro do pe. Ventura: "O pe. Ventura que é mesmo uma ventura em escrever, acaba de publicar uma interessante obra chamada — Le Pouvoir Public — a qual é como um seguimento e outra obra sua — Le Pouvoir Chrétien". O noticiário dizia ainda que quem desejar "ver este novo trabalho do homem mais pensador e eloquente da atualidade" poderia ir à Livraria Acadêmica.

Aprígio na sua prova escrita citou o pe. Ventura, aliás o único autor referido. Cfr. Jornal do Recife, n.º 23 de 1859.

- (14) — O Jornal do Recife ironicamente informou que o Imperador aceitou o presente "com aquela extrema bondade e delicadeza que o caracteriza e o torna geralmente amado". (n.º 50).
- (15) — No primeiro número de Avenir, no editorial de apresentação, Lamennais, após indagar — que há de estável? responde: Somente duas cousas Deus e a Liberdade. E o binômio, apendiculou-o Lamennais como subtítulo do Jornal.

Os inimigos de Aprígio objetaram que a divisa Deus e Liberdade não retinha maior significado, pois até Voltaire, dela se tinha utilizado. O mestre Justificou com vantagem o binômio e apoiou-se em Carlos Stoffels, quando na "Introdução à Teologia da História" ensina que os dogmas primeiro são Deus e Liberdade. (Cfr. Discursos p. 439).

- (16) — "Durante três anos sustentei a "Opinião Nacional" com in-disíveis sacrifícios de trabalho, e também com sacrifícios pecuniários muito acima das minhas possibilidades" — iscursos, p. 37.

Também se atribui a Aprígio a redação do periódico antinaciano "O Jesuíta", surgido em janeiro de 1873 e extinto logo em março do mesmo ano, apenas com seis números publicados. Pelo menos dá-lo afirmativamente Alfredo de Carvalho. Cfr. "A Imprensa em Pernambuco" p. 532, Luiz do Nascimento não tão peremptório, Op. cit. vol. V, p. 354.

Ainda em 73, apareceu o "Jornal de Fabio Rustico" também antijesuítico. Com esse pseudônimo Aprígio redigira nesse ano de 73 dois opúsculos contra os inacianos: "Jesuitismo e Catolicismo" e "Jesuitismo em Pernambuco".

"O Jornal de Fabio Rustico" circulou apenas até o número dois. O objetivo do periódico era "combater a vergonha, a infamia do jesuitismo na terra de Pernambuco".

Aprígio atacou D. Vital a quem denominava de provocador da "questão dos bispos".

"A União", órgão ultramontano, centralizou seu fogo sobre Aprígio. E há uma versalhada anonima num dos números de 1874 sobre os pseudônimos de Aprígio:

"Aqui é Agrippa chamado,  
Marco Antonio é acolá  
Ora é o mestre Origenes  
Depois o nome se dá  
de Fabio Rustico"

- (17) — Destaque-se a influência hegeleana
- (18) — Infalibilidade, p. 52/53
- (19) — Infalibilidade, p. 84. Aprígio nas suas cinco lições seguiu um opúsculo de Muzzarelli.

A sua definição de infalibilidade papal transcrita literalmente foi bebida em **Georges Phillips**. Este foi bastante divulgado entre nós, graças a tradução francesa. A obra principal de Phillips é o "Kirchenrecht, em seis tomos. Destes foram traduzidos por Crouzet, "Du Droit Ecclesiastique dans ses Principes Generaux. Paris, 1851 e "Du Droit Ecclesiastique dans ses Sources, Paris, 1852.

Jerônimo Vilela de Castro Tavares em suas "Instituições de Direito Público Eclesiástico" Recife, 1856. utilizou largamente Philips.

Outro autor invocado por Aprígio era Lequeux, Compendium Juris Canonici, Paris, 1850, também do agrado de Jerônimo Vilela de Castro Tavares.

Muzzarelli deve ter sido consultado por Aprígio na ed. de 1837, Bruxelas. Opúsculos em três volumes.

- (19 A) — "Quando rompeu a questão religiosa as provocações do impetuoso bispo D. Vital, escrevi dois folhetos com o pseudônimo de Fabio Rustico, sendo que cada um deles era fechado com a tradução de uma "Carta Provinciana de Pascal". — **Dr. Aprígio Guimarães** Carta ao Dr. Raymundo Honório da Silva, Recife, 1880.

Os dois opúsculos são ambos editados em 1873 são "Jesuitismo e Catolicismo", Recife, 203 páginas e "Jesuitismo em Pernambuco — apontamentos históricos e filosóficos", 173 pags.

Aprígio chegou a ser acusado no sul de principal mentor da campanha contra D. Vital. Mas, Aprígio não se dirigia propriamente contra D. Vital, porém, contra os inicianos. O Bispo seria tão só instrumento: "Até que coube-nos para bispo um frade irrequieto e vaidoso que se pôs às claras ao serviço do jesuitismo..."

Da coragem de D. Vital, denominou-se de "arrojo imbecil". Cfr. ainda Wilson Martins — História da Inteligência Brasileira, vol. III, p. 427.

- (20) — "Escrevi há onze anos, sobre a infalibilidade e o poder temporal dos papas". Discursos p. 18.
- (21) — Discurso no Gabinete Português de Leitura, aos 21 de outubro de 1869. Escritos, p. 154.
- (22) — "Sustentei o Poder Temporal dos Papas como uma conveniência e no presuposto da aquiescência dos povos dos Estatutos da Igreja (o que já acreditei muito mais do que hoje), mas nunca de modo absoluto fiz depender, graças a Deus, de uma corôa do rei Roma a eficiência do pastorado do vigário de Cristo; e, menos ainda, esteve jamais em meu pensamento que o pontífice-rei fosse o rei dos reis, o monarca universal". — Escritos, p. 145.
- (23) — Escritos. p. 167
- (24) — Os doutores ultramontanos são mais nocivos ao Cristianismo do que os herejes e incredulos: devastam dentro do recinto com facilidades que não

têm os inimigos declarados. Os ultramontanos com as cores do Evangelho são como os Troianos com as armas dos Gregos: astúcias, por alcançar triunfo mais completo" — Aprígio Guimarães — Estudos da Economia Política, Recife, 1902, p. 141.

- (25) — Escritos p. 113, Aprígio invoca nesta passagem, sem citar a obra, Visconde de Araguaia, D. J. G. Magalhães: "O estudo das especialidades sem nexos, sem unidade, proveitoso somente às ciências físicas, é a morte da filosofia..."

Aliás, esta posição inter-disciplinar das ciências sociais, também foi postulada por Magalhães, pioneiramente, "No estado atual dos conhecimentos humanos, em que todas no domínio uma das outras..." cfr. A Alma e o Cérebro, Estudos de Psicologia e de Fisiologia, vol. IX, Obras Completas, 1876, Prólogo, sem numeração da página.

- (26) — Escritos, p. 52

- (27) — "Contra minhas sinceras relutâncias mandaram-me para a cadeia de Economia Política; senti por uma boa parte da mocidade brasileira" — Estudos de Economia Política, para uso das Faculdades de Direito do Brasil, Recife, 1902, p. XIX. doravante citado como "Estudos".

O sistema dos compêndios iria desaparecer em 1881, substituído pelos programas, medida aplaudida por Barros Guimarães: "Além de libertar o lente da obrigação de seguir os textos de velhos compêndios, habilita-o a formar um sistema de doutrinas... obriga-o a acompanhar o progresso da ciência..."

- (28) — A única edição dos "Estudos" de 1902 tem uma introdução de Bevilacqua e foi preparada pelo filho de Aprígio, dr. Celso Aprígio Guimarães.
- (29) — Ainda hoje os reformadores de ensino não compreenderam que a Economia Política a ser ministrada nas faculdades de Direito não pode ser a mesma ensinada nos cursos destinados à formação de economista.
- (30) — "E as faculdades de Direito aí estão sem a cadeira de finanças, mesmo nos projetos de reforma... a cadeira de Economia continua isolada. Até quando um tão fatal descuido?" — Estudos p. 227.
- (31) — Eis sua definição de prático: "Práticos são aqueles que podem achar por si, independente de toda a autoridade e pesadas conscientemente as circunstâncias, as regras da vida, em um momento dado". — Estudos, p. 67.

Também com genial antecipação, no Brasil, anotar que "vã é a contraposição da teoria à prática. O que é a teoria sem conhecimento das leis que ligam os efeitos às causas, isto é, fatos a fatos?... Semelhantemente, o que é a prática sem a teoria... sem os meios, sem o **como** e o **porque** da ação de tais meios?" Estudos, p. 120.

"A prática firma os seus passos e fortalece sua ação, quando a teoria presta-lhe seu auxílio" — Estudos, p. 215.

- (31-A) — "Consequently I have not endeavored to write a compendium to current economic problems, for the reason that by the time student has to face economic problems those of today may no longer be current..."

O estudante deveria ser preparado "to understand the problems of the

world of his maturity rather than of his youth". Daí ser importante para Boulding treinar o esaudante em "methodos of analysis than to prime with personable current opinions" — **Kenneth E. Boulding** — *Economic Analysis*, third edition, p. XVII.

- (32) — "Mas não será para muito longe, penso eu, O século XX não verá a estu-  
penda anomalia **padresca** de hoje; e as declamações do pulpito contra o  
progresso em geral e contra os progressos dos economicos em particular,  
hão de morrer afogados em ondas de ridiculo" — Estudos p. 118.
- (33) — Estudos, p. 50
- (34) — Estudos p. 75
- (35) — Sempre protestel inutilmente contra a remessa de estudantes de economia  
para cursos nos EE.UU. Sugeria que eles fossem enviados a países subde-  
senvolvidos onde poderiam, contactando deficiências e soluções, estimula-  
rem-se para a análise e construção de modelos mais adequados.

Aprígio Guimarães teve a suprema coragem de dizer que a sua época  
(1876) "o ensino da Economia Política estava a 23 de fevereiro de 1808,  
quando El-Rei, como complemento da Carta Régia de 28 de janeiro (abrindo  
os nossos portos) nomeou José da Silva Lisboa para reger uma cadeira de  
Economia Política. É a cadeira que temos hoje".

E esta poderia dizer, livre da acusação de estar superlativizando, que  
de 1808 até hoje, as modificações no ensino de Economia e formação pro-  
fissional do Economista, não foram substanciais.

Naquele longínquo 1876, Aprígio Guimarães definiu a tarefa de en-  
sinar com uma atualidade simplesmente impressionante:

"Para mim, ensinar é fazer exposição sintética, não esquecendo  
jamais o professor, nas ciências morais e políticas principal-  
mente, o **aspecto local**, a saber, o que lhe é imposto pela in-  
dole e costumes no país em que fala dos discípulos a que  
fala".

Ou ainda:

"Nos cursos superiores tudo é sacrificado a métodos antigos,  
**sem atenção às necessidades de cada país**, sem a mínima  
preocupação de imprimir ao ensino o **cunho de nacionalidade  
dos grandes princípios**".

Daí, Aprígio Guimarães aqualificar o Brasil de tão "tradutor", tão "eu-  
ropeu" e tão pouco "nacionalista".

Se se atentar para o fato de que hoje decorridos um século, a maioria  
dos nossos professores de ciências sociais estão alheios ao **aspecto local**  
de que falava Aprígio Guimarães, as palavras do professor da Faculdade  
de Direito do Recife adquirem uma densidade de antecipação simplesmente  
genial.

Segundo Aprígio Guimarães, "o ensino seria uma espécie de alma  
vil, sobre que se fazem "experiências". Ainda mais: "o mestre não deve  
ser pura máquina de preleções orais". Aprígio Guimarães, repelta sempre

a Castelar: "na tarefa de ensino, falando ou escrevendo, faço apenas estudos na presença de jovens amigos".

- (35-A) — Dr. Aprígio Guimarães — Carta ao dr. Raymundo Honório da Silva, Recife, 1880, 34 pags.
- (35-B) — Outros autores, se bem que inexpressivos, calram também nesta omissão. Cfr. **João Cruz Costa** — contribuição à História das Idéias no Brasil, José Olympio. O Autor esqueceu completamente o pensamento socialista no Brasil, especialmente, a partir dos meados do sec. XIX.
- (36) — Discurso na Cerimônia da Colação de Grau de Doutor aos SRS. José Joaquim Seabra Junior, José Maria Metello. Francisco Gomes Parente pelo padrinho Dr. Aprígio Justiniano da S. Guimarães Lente de Economia Política (31 de outubro de 1878) — Recife — Tipografia do Tempo, 1878, p. 8.
- (37) — **Graça Aranha** — O Meu Próprio Romance apud Obra Completa, I.N.L. p. 572.
- (38) — **Aprígio Guimarães** — Obra posthuma — Recife, 1889 — Este livro divulgado por um filho de Aprígio, aparece um pouco equivoco especialmente porque a quase totalidade da obra são traduções feitas pelo mestre.
- Aprígio Guimarães utilizou-se da tradução francesa dos Primeiros Princípios de Spencer elaborado por M.E. Cazelles ed. Felix Alcan, existindo ainda uma 4a. edição de 1885. A introdução de Cazelles (pag. I/LXXX) é, sem favor a melhor síntese do pensamento de Spencer. Cazelles traduziu ainda os Princípios da Sociologia. Outras traduções de Spencer para o francês foram Gerschel e Burdeau.
- (39) — Miscellanea, p. 6/7
- (40) — **Aprígio Guimarães** — Discurso na colação de grau de doutor a J.J. Seabra Filho etc. p. 6.
- (41) — **Aprígio Guimarães** — Discurso citado. p. 11.
- (42) — **Aprígio Guimarães** — Discurso citado, p. 6.
- (43) — "Proporcional, pois, os vossos estudos; e particularmente proporcional-os com relação à nossa terra" dirá a Seabra, a Metello e a Gomes Parente, ao saudá-los no doutoramento. Discurso citado p. 11.